

**Francisco Dirceu Barros
Janiere Portela Leite Paes**

DIREITO ELEITORAL CRIMINAL

TOMO II

Direito Processual

**Incluindo Tema Inédito na Doutrina:
Acordo de Não Persecução Penal Eleitoral**

2ª Edição

**Revista e Atualizada de acordo com a Lei 13.964/2019
(Pacote Anticrime) e com as Resoluções TSE/Eleições 2020**

Curitiba
Juruá Editora
2020

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	15
Capítulo I – DIREITO PROCESSUAL PENAL ELEITORAL	19
1 Noções Gerais do Processo Penal Eleitoral	19
1.1 Considerações iniciais	19
2 Sistemas Processuais Penais.....	20
2.1 Sistema inquisitorial	20
2.2 Sistema acusatório.....	22
2.3 Sistema misto	23
3 Lei Processual no Tempo.....	24
4 Lei Processual no Espaço	26
Capítulo II – PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL ELEITORAL	29
5 Princípios do Processo Penal Eleitoral	29
Capítulo III – SUJEITOS DO PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	39
6 Sujeitos do Processo Penal Eleitoral.....	39
6.1 Juiz eleitoral	39
6.2 Ministério Público Eleitoral	41
6.3 Assistente de acusação	43
6.4 Agente da infração penal	46
6.5 A defesa.....	47
Capítulo IV – OS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	49
6.6 Os auxiliares da justiça.....	49
6.6.1 Os serventuários da justiça.....	49
6.6.2 Peritos e intérpretes.....	50
Capítulo V – PERSECUÇÃO PENAL ELEITORAL – EXTRAJUDICIAL.....	53
7 Apuração das Infrações Penais Eleitorais: Fase Pré-Processual	53

7.1	Considerações iniciais	53
7.2	Polícia judiciária eleitoral	53
7.3	Notícia-crime eleitoral	56
7.4	Do inquérito policial eleitoral	58
7.4.1	Noções didáticas sobre a matéria	58
7.4.2	Características do inquérito policial eleitoral	60
7.4.3	Os tipos de <i>notitia criminis</i> eleitoral	78
7.4.4	As espécies de <i>delatio criminis</i> eleitoral	79
7.4.5	A impossibilidade de o juiz eleitoral requisitar inquérito policial eleitoral	79
7.4.6	A possibilidade de o Ministério Público Eleitoral requisitar inquérito policial eleitoral	81
7.4.7	Crítérios identificadores da circunscrição do delegado	87
7.4.8	Da reconstituição	87
7.4.9	Processamento do inquérito	88
7.4.10	Audiência de custódia eleitoral	88
7.4.11	Procedimento da audiência da custódia	90
7.4.12	A instauração do inquérito policial eleitoral	95
7.4.13	Das diligências requisitadas pelo Ministério Público Eleitoral	96
7.4.14	Tramitação direta de inquéritos policiais eleitorais	97
7.4.15	Dos prazos para concluir o inquérito policial eleitoral	100
7.4.16	A formação de autos complementares	101
7.4.17	O excesso e o oferecimento da denúncia	102
7.4.18	Como fazer a contagem do prazo	102
7.4.19	O indiciamento eleitoral	104
7.4.20	Conclusão e arquivamento do inquérito	108
7.4.21	Síntese procedimental do arquivamento	112
7.4.22	O desarquivamento do inquérito policial eleitoral e a coisa julgada	113
7.4.23	O recurso cabível da decisão que determina o arquivamento	114
7.4.24	O arquivamento do inquérito policial eleitoral indireto	114
7.4.25	O arquivamento do inquérito policial eleitoral tácito subjetivo	114
7.4.26	O arquivamento do inquérito policial eleitoral tácito objetivo	115
7.4.27	A natureza jurídica do arquivamento	115

7.4.28	A impossibilidade do desarquivamento de ofício realizado pelo delegado de polícia	116
7.4.29	A impossibilidade do desarquivamento de ofício realizado pelo juiz eleitoral	116
7.4.30	Procedimento para o desarquivamento do IPE (Inquérito Policial Eleitoral)	117
7.4.31	O auto de apreensão nos atos infracionais eleitorais ..	119
7.5	TCOE (Termo Circunstanciado de Ocorrência Eleitoral) ..	120
7.6	Acordo de não persecução penal e Juiz das Garantias	120
7.6.1	Acordo de não persecução penal eleitoral	123
7.6.2	Conceito	132
7.6.3	Requisitos acordo de não persecução penal eleitoral	132
7.6.4	A observância dos tratados internacionais	134
7.6.5	Acordo de não persecução penal em crimes eleitorais	136

Capítulo VI – PERSECUÇÃO PENAL ELEITORAL – FASE PROCESSUAL.....139

8	Da Ação Penal Eleitoral	139
8.1	Considerações iniciais	139
8.2	Divisão da ação penal eleitoral	140
8.3	Condições da ação penal	141
8.4	Estudo específico da ação penal pública incondicionada eleitoral	146
8.5	Pressupostos processuais	146
8.6	Princípios da ação penal eleitoral pública incondicionada	147
8.7	Princípios que regem a ação penal eleitoral privada subsidiária da pública incondicionada	149
8.8	Estudo específico da ação penal eleitoral privada subsidiária da pública incondicionada	150
8.9	Estudo específico da ação pública subsidiária da pública incondicionada	153
8.10	Da queixa-crime eleitoral	156
8.11	Da denúncia eleitoral	156
8.12	O início da ação penal eleitoral	160
8.13	Recebimento, rejeição ou não recebimento da denúncia	164

Capítulo VII – COMPETÊNCIA CRIMINAL ELEITORAL.....167

9	Competência Criminal Eleitoral	167
---	--------------------------------------	-----

9.1	Espécies de competência criminal	170
9.2	Regras para definição da competência criminal	171
9.3	Conflito de competência	184
9.4	Independência de instâncias	185

Capítulo VIII – OS PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS PENAIS

ELEITORAIS..... 189

10	Os Procedimentos Processuais Penais Eleitorais	189
10.1	Procedimento processual penal eleitoral na primeira instância.....	192
10.2	Principais regras práticas sobre as exceções.....	198
10.3	Do saneamento do processo	201
10.4	Análise da possibilidade de aplicar o juizado especial criminal aos crimes eleitorais	202
10.5	A transação penal e os crimes eleitorais que possuem um sistema punitivo especial	206
10.6	O sistema punitivo especial e a transação penal com proposta previamente determinada	209
10.7	Síntese do procedimento para aplicação da transação penal	211
10.8	Síntese do procedimento penal eleitoral sumaríssimo.....	211
10.9	Síntese do procedimento para aplicação da suspensão condicional do processo	213
10.10	Previsão legal da suspensão condicional do processo em crimes eleitorais.....	214
10.11	Processamento das ações penais de competência originária dos tribunais.....	216

Capítulo IX – DAS PROVAS 225

11	Provas	225
11.1	Noções introdutórias.....	225
11.2	Generalidades sobre a prova.....	226
11.3	Classificação da prova.....	229
11.4	Fontes e meios de prova	229
11.5	Limitações à produção probatória	230
11.6	Teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>fruits of the poisonous tree</i>)	232
11.7	Inutilização da prova ilícita	240
11.8	Prova emprestada.....	241
11.9	Ônus da prova.....	243

11.10	Sistemas de apreciação das provas.....	244
11.11	Provas em espécie	247
12	A Teoria da Quebra da Cadeia de Custódia no Direito Eleitoral ...	268
Capítulo X – MEDIDAS CAUTELARES		271
13	Medidas Cautelares.....	271
13.1	Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão.....	271
14	Prisões	274
14.1	Noções introdutórias.....	274
14.2	Prisão em âmbito eleitoral.....	276
14.3	Prisão em período eleitoral.....	277
15	Liberdade Provisória.....	280
15.1	Espécies de Liberdade Provisória.....	282
Capítulo XI – SENTENÇA PENAL ELEITORAL.....		287
16	Sentença Penal Eleitoral	287
16.1	Noções introdutórias.....	287
16.2	Classificação das sentenças penais.....	287
16.3	Requisitos da sentença penal	288
16.4	Características e efeitos da sentença penal.....	291
16.5	Formalidades aplicadas à sentença.....	294
Capítulo XII – EXECUÇÃO DAS PENAS.....		297
17	Penas.....	297
17.1	Espécies de pena.....	297
17.2	Da execução das penas	301
17.2.1	Execução de sentença penal condenatória e absolutória imprópria.....	301
17.2.2	Execução de sentença restritiva de direitos.....	303
17.2.3	Execução da pena de multa.....	304
Capítulo XIII – DAS NULIDADES.....		309
18	Nulidades.....	309
18.1	Noções introdutórias	309
18.2	Classificações das nulidades	310
18.3	Efeitos das nulidades.....	312
Capítulo XIV – RECURSOS ELEITORAIS PENAIIS.....		315
19	Recursos Eleitorais Penais.....	315

19.1	Noções introdutórias.....	315
19.2	Recursos penais eleitorais em espécie	318
19.3	Recurso em sentido estrito eleitoral.....	318
19.4	Apelação eleitoral ou recurso eleitoral criminal	327
19.5	Dos embargos	332
19.5.1	Embargos de declaração em âmbito eleitoral	332
19.5.2	Embargos infringentes e de nulidade	337
19.5.3	Dos embargos de divergência	340
19.6	Recurso ordinário penal eleitoral.....	341
19.7	Recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	341
19.8	Recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.....	343
19.9	Recurso especial penal eleitoral	345
19.10	Recurso extraordinário penal eleitoral	349
19.11	Agravo em execução eleitoral	353
19.12	Carta testemunhável eleitoral	355
19.13	Correição parcial eleitoral	357
Capítulo XV – DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....		361
20	Ações Autônomas de Impugnação.....	361
20.1	Revisão criminal eleitoral	361
20.2	Mandado de segurança eleitoral.....	364
20.3	<i>Habeas corpus</i> eleitoral	369
REFERÊNCIAS		375
ÍNDICE REMISSIVO.....		379